



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, maio/2008

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeferson Luis Bittencourt

Lígia Helena da Cruz Ourives

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2^o andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 14, n. 4, abril 2008. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em abril, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 16,7 bilhões, contra R\$ 10,7 bilhões no mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 19,6 bilhões, contra R\$ 13,4 bilhões em março. A Previdência Social (RGPS) e o Banco Central, por sua vez, apresentaram déficit de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 39,0 milhões respectivamente. A receita no mês foi influenciada por fatores sazonais ou atípicos: i) pagamento da primeira cota ou cota única do IRPF relativa à declaração de ajuste do ano-base 2007; ii) pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março de 2008; iii) recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural, refletindo na receita da cota-parte de compensações financeiras; iv) recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), com impacto nas receitas diretamente arrecadadas. Por sua vez, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 1,3 bilhão, concentrados nos gastos com benefícios previdenciários (R\$ 658,9 milhões) e outras despesas de custeio e capital (R\$ 449,4 milhões).

O resultado primário do Governo Central no primeiro quadrimestre de 2008 atingiu R\$ 48,0 bilhões, equivalentes a 5,31% do PIB estimado para o período.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2007-2008

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	MAR		ABR		JAN - ABR	
	2008	2008	2007	2008	2007	2008
I. RECEITA TOTAL	55.681,6	63.541,3	197.989,4	233.908,0		
I.1. Receitas do Tesouro	43.408,4	50.766,4	156.505,1	185.466,7		
I.1.1. Receita Bruta (1)	43.743,1	51.098,9	158.436,5	186.605,8		
I.1.2. (-) Restituições	-334,7	-332,4	-1.931,4	-1.139,0		
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0		
I.2. Receitas da Previdência Social	12.134,0	12.641,6	41.070,0	47.910,0		
I.3. Receitas do Banco Central	139,2	133,3	414,2	531,3		
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	9.891,9	10.442,0	33.245,5	41.901,6		
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	45.789,7	53.099,3	164.743,9	192.006,3		
IV. DESPESA TOTAL	35.100,0	36.353,8	131.553,6	143.971,6		
IV.1. Despesas do Tesouro	20.159,0	20.752,7	75.827,3	82.862,8		
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	9.031,8	9.074,9	37.655,9	40.184,0		
IV.1.2. Custeio e Capital	11.045,4	11.603,8	38.010,1	42.431,2		
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.197,0	1.174,0	3.929,5	4.852,3		
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	484,9	553,4	1.606,2	1.651,5		
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.267,6	1.331,1	4.205,9	4.994,1		
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	8.095,9	8.545,3	28.268,6	30.933,3		
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	6.579,5	7.062,1	23.575,1	25.559,2		
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	1.516,4	1.483,2	4.693,4	5.374,1		
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	81,9	74,0	161,3	247,6		
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	14.769,9	15.428,8	55.117,6	60.449,3		
IV.3. Despesas do Banco Central	171,1	172,3	608,7	659,5		
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	10.689,7	16.745,5	33.190,2	48.034,7		
V.1. Tesouro Nacional	13.357,5	19.571,7	47.432,4	60.702,3		
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.635,9	-2.787,2	-14.047,6	-12.539,4		
V.3. Banco Central (4)	-31,8	-39,0	-194,6	-128,2		
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,13%	5,31%		

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO JAN-ABR: %

DISCRIMINAÇÃO	2007/2006	2008/2007
Receitas	13,38%	18,14%
Tesouro	13,28%	18,51%
Previdência	14,09%	16,65%
Transferências	14,13%	26,04%
Receita Líquida	13,22%	16,55%
Despesas	13,58%	9,44%
Benefícios	13,64%	9,67%
Pessoal	13,00%	6,71%
Custeio e Capital	14,04%	11,63%
FAT	16,11%	23,48%
Subsídios	-46,59%	2,82%
LOAS/RMV	22,47%	18,74%
Outras	20,27%	9,43%
Custeio	17,29%	8,42%
Capital	37,88%	14,50%
PIB estimado	11,08%	12,63%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)

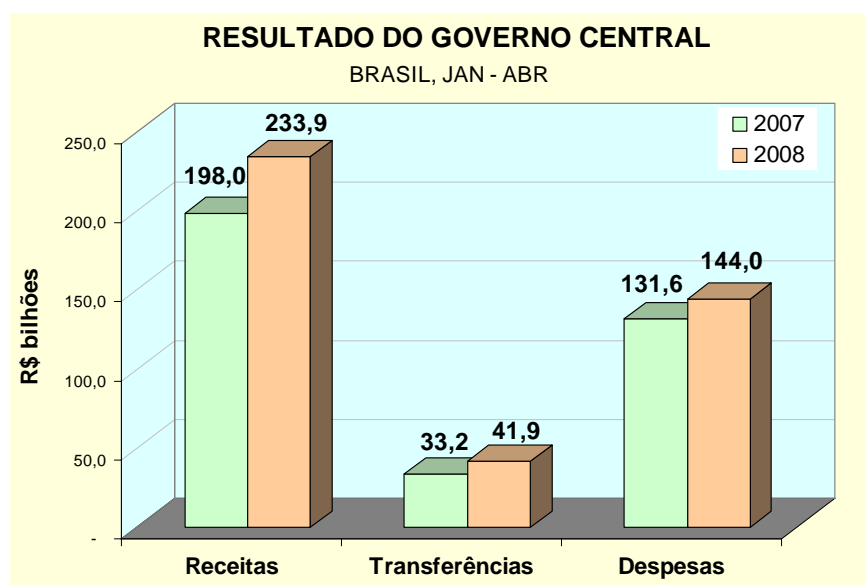
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Receita Total	24,63%	25,84%
Transferências	4,14%	4,63%
Receita Líquida	20,49%	21,21%
Despesa Total	16,36%	15,90%
Resultado Primário	4,13%	5,31%

As receitas do Governo Central cresceram 4,9% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,63%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 2,8%.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES REAIS (SOBRE CRESCIMENTO NOMINAL DO PIB) (% ACUMULADO JAN-ABR)		
DISCRIMINAÇÃO	07/06	08/07
Receitas	2,1%	4,9%
Tesouro	2,0%	5,2%
Previdência	2,7%	3,6%
Transferências	2,7%	11,9%
Receita Líquida	1,9%	3,5%
Despesas	2,2%	-2,8%
Benefícios	2,3%	-2,6%
Pessoal	1,7%	-5,2%
Custeio e Capital	2,7%	-0,9%
FAT	4,5%	9,6%
Subsídios	-51,9%	-8,7%
LOAS/RMV	10,3%	5,4%
Outras	8,3%	-2,8%
Custeio	5,6%	-3,7%
Capital	24,1%	1,7%

No primeiro quadrimestre de 2008, o resultado primário atingiu R\$ 48,0 bilhões, contra R\$ 33,2 bilhões, em 2007. As receitas do Governo Central cresceram 4,9% acima do crescimento nominal do PIB no período (12,63%), enquanto as despesas do Governo Central apresentaram decréscimo de 2,8%. A receita bruta cresceu R\$ 28,2 bilhões (17,8%), quando comparada ao primeiro quadrimestre de 2007, passando de R\$ 158,4 bilhões para R\$ 186,6 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia, de ações desenvolvidas no âmbito da RFB e da PGFN com vistas à recuperação de débitos em atraso e de atipicidade das receitas. Em especial, destaca-se o comportamento do IRPJ e da CSLL, refletindo lucros obtidos em 2007, especialmente pelo setor financeiro, e pelas vendas de participações acionárias. Além disso, a arrecadação do IRRF - Rendimentos do Trabalho cresceu R\$ 4,1 bilhões (31,4%), devido ao crescimento da massa salarial e à diferença de fatos geradores por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único). As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de R\$ 4,2 bilhões (19,3%), com destaque: i) R\$ 2,2 bilhões em concessões, em função da arrecadação da 9ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural; ii) R\$ 2,3 bilhão em cota-parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço do petróleo no mercado internacional; e iii) R\$ 881,4 milhões nas receitas diretamente arrecadadas, explicada, em parte, pelo aumento de R\$ 388,6 milhões do recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

O crescimento das receitas do Governo Central no primeiro trimestre de 2008 decorreu, sobretudo, do comportamento da economia, da mudança na apuração IRRF – Rendimentos do Trabalho e da arrecadação relativa à 9ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.



As transferências a estados e municípios cresceram 26,0% (R\$ 8,7 bilhões) em termos nominais, percentual superior ao crescimento da receita do Tesouro (18,5%). As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 29,7% (R\$ 7,7 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (12,63%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 9,3% (R\$ 7,0 bilhões) em comparação ao primeiro quadrimestre de 2007. Houve elevação em todos os subgrupos, com destaque para aquelas vinculadas ao salário-mínimo, tais como despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (23,5%) e com LOAS/RMV (18,7%). Em percentual do PIB, tais despesas apresentaram crescimento de 0,05 e 0,03 ponto percentual, respectivamente.

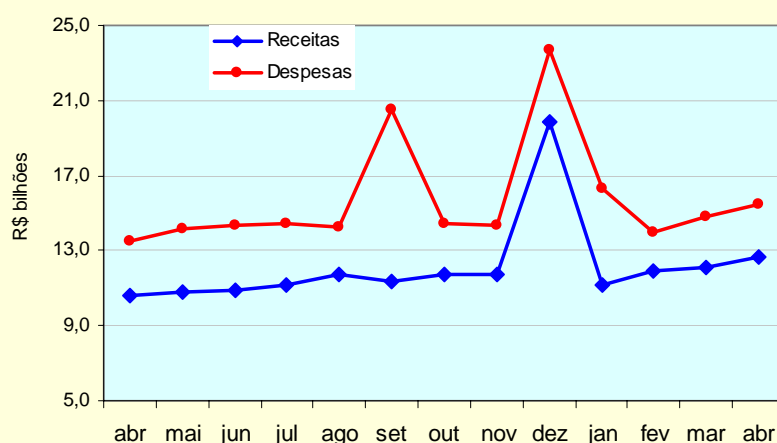
O aumento nas despesas com pessoal e encargos sociais nos quatro primeiros meses do ano foi de 6,7% (R\$ 2,5 bilhões), em linha com o pagamento referente à reestruturação das carreiras dos Poderes. Em percentual do PIB, os dispêndios com a folha salarial reduziram de 4,68% do PIB em 2007, para 4,44% do PIB, em 2008.

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve incremento de 9,4% (R\$ 2,7 bilhões) em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior, sendo 8,4% (R\$ 2,0 bilhões) referentes a custeio e 14,5% (R\$ 680,7 milhões) referentes a capital.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram elevação de 9,3% no primeiro quadrimestre de 2008, abaixo do crescimento do PIB nominal do período de 12,63%.

O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 12,5 bilhões até abril de 2008, R\$ 1,5 bilhão abaixo do registrado em igual período do ano anterior. Em percentual do PIB, o resultado de 2008 foi 0,18 p. p. inferior ao de 2007.

**RECEITAS E DESPESAS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, 2007/2008**



RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,11%	5,29%
Benefícios	6,86%	6,68%
Res. Primário	-1,75%	-1,38%

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 12,5 bilhões, contra R\$ 14,0 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 10,7%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 6,8 bilhões (16,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 41,9 bilhões para R\$ 49,8 bilhões (elevação de 18,8%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por sua vez, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 5,3 bilhões (9,7%), atingindo o montante de R\$ 60,4 bilhões. Em percentual do PIB, o déficit primário do RGPS caiu para 1,38% do PIB, 0,36 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,75%).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional em abril elevou-se 16,8% relativamente ao mês anterior em função de fatores sazonais ou atípicos, tais como o recolhimento da primeira cota ou cota única do IRPF referente à declaração de ajuste ano base 2007, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março e recolhimento atípico da CSLL relativo a débitos de exercícios anteriores.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 51,1 bilhões em abril, contra R\$ 43,7 bilhões verificados em março (elevação de 16,8%). Este comportamento é explicado pela elevação de R\$ 2,9 bilhões nas receitas de impostos federais, de R\$ 2,6 bilhões nas receitas de contribuições e de R\$ 1,9 bilhão nas demais receitas.

A evolução da arrecadação de impostos e contribuições é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: i) recolhimento, em abril, da primeira cota ou cota única do saldo a pagar do IRPF referente à Declaração de Ajuste/2008, ano base 2007; ii) recolhimento, em abril, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março; iii) distribuição de participação nos lucros ou resultados (PLR) por empresas do setor financeiro, no mês de fevereiro, com reflexo no IRRF – Rendimentos do Trabalho do mês de março; iii) arrecadação atípica de IRRF – Remessas ao Exterior relativas a rendimentos do trabalho em abril; iv) recolhimento atípico da CSLL em abril relativo a débitos de exercícios anteriores, em contestação judicial, englobando os itens depósito judicial e juros.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 8,5 bilhões, contra R\$ 6,6 bilhões em março (elevação de 28,6%). Contribuíram para este comportamento: i) elevação de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação de cota parte de royalties relativos à exploração de petróleo e gás natural, em virtude do recolhimento sazonal em abril da participação especial, apurada trimestralmente e recolhida até o último dia útil do mês seguinte ao fato gerador; ii) elevação de R\$ 1,8 bilhão nas receitas diretamente arrecadadas, explicado pelo recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); iii) redução de R\$ 1,8 bilhão nas receitas de concessões, em decorrência da arrecadação, em março, relativa da 9ª rodada

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2008 (R\$ Milhões)¹

DISCRIMINAÇÃO	MAR/08	ABR/08
Impostos	21.254,7	24.140,0
Imposto de Renda	15.323,7	18.013,2
IPI	3.086,3	3.165,5
Outros	2.844,7	2.961,2
Contribuições	15.877,9	18.456,8
Cofins	8.909,5	9.844,0
CPMF	26,2	62,6
CSLL	3.018,8	4.507,9
Cide - Combustíveis	641,6	631,9
Outras	3.281,7	3.410,4
Demais	6.610,5	8.502,1
Cota parte	957,0	3.522,5
Diretamente Arrecadada	1.447,9	3.231,9
Dividendos da União	1.470,0	599,9
Concessões	1.953,4	181,0
Outras	782,3	966,8
Total Bruto	43.743,1	51.098,9

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e iv) redução de R\$ 870,1 milhões referente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital.

Nos primeiros quatro meses de 2008, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20,61% do PIB, dos quais 9,87% correspondem à arrecadação de impostos, 7,86% de contribuições e 2,88% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 28,2 bilhões (17,8%) quando comparada ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 158,4 bilhões para R\$ 186,6 bilhões. Esse resultado é decorrente, principalmente, de fatores ligados ao crescimento da economia, de ações desenvolvidas no âmbito da RFB e da PGFN com vistas à recuperação de débitos em atraso e de atipicidade das receitas.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 7,4 bilhões (29,3%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 3,4 bilhões (28,4%) na arrecadação de CSLL, refletindo o faturamento de empresas de diversos setores, com destaque para os setores de serviços financeiros, eletricidade, comércio atacadista, metalurgia e fabricação de veículos automotores;
- elevação de R\$ 6,1 bilhões (27,8%) no IRRF, devido ao crescimento de 31,4% no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do crescimento da massa salarial, da diferença de fatos geradores entre os meses de janeiro de 2008 e janeiro de 2007, por conta da regra de transição constante da Lei nº 11.196, de 2005 (art. 70, parágrafo único), e da maior lucratividade de empresas do setor financeiro, que elevou a distribuição da participação nos lucros ou resultados (PLR); de 21,6% no IRRF – Outros Rendimentos, devido ao crescimento da arrecadação relativa a rendimentos decorrentes de decisões judiciais e depósitos judiciais; e de 33,2% no IRRF – Remessas ao Exterior, decorrente de maior volume de remessas de rendimentos de trabalho e juros sobre capital próprio;
- incremento de R\$ 6,6 bilhões (20,9%) na Cofins e de R\$ 1,6 bilhão (18,8%) no PIS/Pasep, refletindo, em grande medida, o aumento das importações e do faturamento das empresas, com destaque para os setores de combustíveis, comércio atacadista, serviços financeiros, fabricação de veículos automotores e telecomunicações. Houve também no mês arrecadação atípica de

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2008 está sendo influenciada pelo desempenho da economia, por ações desenvolvidas no âmbito da RFB e PGFN para recuperação de débitos em atraso, e por mudanças na arrecadação do IRRF e do IOF.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	67.300,7	89.342,9
Imposto de Renda	51.485,7	66.166,4
IPI	9.742,2	12.112,5
Outros	6.072,8	11.064,0
Contribuições	69.288,0	71.195,7
Cofins	31.430,7	37.992,8
CPMF	11.470,2	988,4
CSLL	12.133,9	15.578,4
Cide - Combustíveis	2.549,7	2.615,8
Outras	11.703,4	14.020,3
Demais	21.847,9	26.067,2
Cota parte	6.423,9	8.727,2
Diretamente Arrecadada	7.521,6	8.403,1
Dividendos da União	4.055,6	2.889,0
Concessões	241,9	2.458,9
Outras	3.604,9	3.589,0
Total Bruto	158.436,5	186.605,8

* Os valores referentes a retenção na fonte e Retfis foram distribuídos nos respectivos tributos.

R\$ 512,4 milhões na Cofins e de R\$ 71,0 milhões no PIS/PASEP, decorrentes de depósitos judiciais e acréscimos legais;

- d) incremento de R\$ 3,8 bilhões (158,2%) na arrecadação do IOF, devido à alteração nas alíquotas do imposto, em conformidade com os Decretos nºs 6.306, de 2007, nº 6.339 e nº 6.345, de 2008, e arrecadação atípica, ocorrida em janeiro de 2008, de depósito judicial relativo a períodos anteriores.
- e) crescimento de R\$ 2,4 bilhões (24,3%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI – Automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI – Outros, decorrente do bom resultado apresentado pela indústria no acumulado do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os setores de outros equipamentos de transporte, veículos automotores, equipamentos médico-hospitalares e óticos e máquinas e equipamentos; e IPI – Vinculado, decorrente da elevação de 44,2% no valor em dólar das importações tributadas, de 4,3% na alíquota média do imposto e da redução de 17,4% na taxa média de câmbio;
- f) elevação de R\$ 1,2 bilhão (32,9%) no imposto de importação, decorrente da elevação de 44,2% no valor em dólar das importações tributadas e de 8,5% na alíquota média do imposto, e da redução de 17,4% na taxa média de câmbio;
- g) acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (27,4%) na arrecadação de IRPF, explicado principalmente pela arrecadação relativa ao item ganho de capital da alienação de bens (participações acionárias); e
- h) redução de R\$ 10,5 bilhões na arrecadação da CPMF em decorrência de extinção desta contribuição para fatos geradores a partir de janeiro de 2008.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Impostos	8,37%	9,87%
Imposto de Renda	6,40%	7,31%
IPI	1,21%	1,34%
Outros	0,76%	1,22%
Contribuições	8,62%	7,86%
Cofins	3,91%	4,20%
CPMF	1,43%	0,11%
CSLL	1,51%	1,72%
Cide - Combustíveis	0,32%	0,29%
Outras	1,46%	1,55%
Demais	2,72%	2,88%
Cota parte	0,80%	0,96%
Diretamente Arrecadada	0,94%	0,93%
Dividendos da União	0,50%	0,32%
Concessões	0,03%	0,27%
Outras	0,45%	0,40%
Total Bruto	19,71%	20,61%

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou acréscimo de R\$ 4,2 bilhões (19,3%) em relação ao mesmo período de 2007, decorrente do: i) aumento de R\$ 2,2 bilhões nas receitas de concessões, explicada em grande medida pela arrecadação, em março de 2008, relativa à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, sem correspondência no mesmo período do ano anterior; ii) incremento de R\$ 2,3 bilhões nas receitas de cota parte de compensações financeiras, em decorrência da elevação do preço internacional do petróleo; iii) aumento de R\$ 881,4 milhões nas receitas diretamente arrecadadas, explicada, em parte, pelo aumento de R\$ 388,6 milhões do recolhimento anual da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF) que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel); e iv) decréscimo de R\$ 1,2 bilhão na arrecadação de dividendos da União.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN - ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Demais	21.847,9	26.067,2
Cota parte	6.423,9	8.727,2
Plano do Servidor (CPSS)	2.099,9	2.313,3
Diretamente Arrecadada	7.521,6	8.403,1
Dividendos da União	4.055,6	2.889,0
Concessões	241,9	2.458,9
Outras	1.505,0	1.275,7

Em abril, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 10,4 bilhões, contra R\$ 9,9 bilhões em março, apresentando uma elevação de R\$ 550,1 milhões. Concorreram para este comportamento: i) a elevação de R\$ 1,2 bilhão (15,7%) nas transferências aos fundos de participação, como consequência da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no terceiro decêndio de março e no segundo decêndio de abril; ii) o acréscimo de R\$ 460,4 milhões nas transferências da CIDE, pois estas somente ocorrem nos meses subsequentes ao encerramento de cada trimestre; iii) redução de R\$ 325,9 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002 e iv) decréscimo de R\$ 659,8 milhões nas transferências do salário educação.

No ano, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, apresentaram acréscimo de R\$ 8,7 bilhões (26,0%) em relação a igual período do ano anterior, elevando-se de R\$ 33,2 bilhões em 2007 para R\$ 41,9 bilhões em 2008. Tal elevação é explicada, em grande medida, pelo aumento de R\$ 7,7 bilhões (29,7%) nas transferências constitucionais, reflexo da maior arrecadação das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI) no período.

Em abril, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 20,8 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 593,7 milhões (2,9%). O aumento concentrou-se nas despesas de custeio e capital, R\$ 558,4 milhões (5,1%) explicada principalmente pelo incremento das despesas discricionárias em R\$ 587,2 milhões (9,1%). Por outro lado, os gastos de pessoal e encargos sociais registraram desempenho similar ao mês anterior.

As despesas com custeio e capital atingiram R\$ 11,6 bilhões, frente a R\$ 11,0 bilhões no mês anterior, elevação de R\$ 558,4 milhões (5,1%), concentrada nas outras despesas de custeio e capital (elevação de R\$ 449,4 milhões). As despesas com subsídios e subvenções econômicas apresentaram aumento de R\$ 68,5 milhões (14,1%) e as despesas com FAT, por sua vez, apresentaram pequena redução de R\$ 23,0 milhões (1,9%).

O aumento nos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas de R\$ 68,5 milhões decorreu, principalmente, da variação nos gastos com preços agrícolas, especificamente o Programa de Garantia e Sustentação de Preços (R\$ 72,5 milhões). Por outro lado, registrou-se redução nas despesas do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 13,4 milhões) e no resultado líquido – desembolsos menos recebimentos – do Programa de Financiamento à Exportação – Proex (R\$ 12,7 milhões).

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/08	ABR/08
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.398,4	8.559,2
CIDE-Combustíveis	-	460,4
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	488,4	162,5
Demais	2.005,1	1.259,9
Total	9.891,9	10.442,0

¹Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN - ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Constitucionais (IR/IPI/outros)	26.037,1	33.757,5
CIDE - Combustíveis	913,5	932,0
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	978,9	666,1
Demais	5.315,9	6.546,0
Total	33.245,5	41.901,6

¹Inclui auxílio financeiro

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DECÊNDIO	Mar/08	Abr/08
Terceiro Decêndio	8.186,2	10.044,7
Primeiro Decêndio	5.273,1	5.168,0
Segundo Decêndio	2.710,7	3.522,6
Total	16.170,0	18.735,4

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/08	ABR/08
Pessoal e Encargos	9.031,8	9.074,9
Custeio e Capital	11.045,4	11.603,8
Despesas do FAT	1.197,0	1.174,0
Subsídios e Subvenções ¹	484,9	553,4
LOAS/RMV	1267,6	1331,1
Outras	8.095,9	8.543,1
Transferência ao Bacen	81,9	74,0

¹Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	MAR/08	ABR/08
Agricultura	255,7	325,1
Custeio Agropecuário	38,5	39,9
Investimento Rural	0,9	2,7
Preços Agrícolas	125,2	196,6
- EGF	1,3	0,4
- AGF	-1,1	-1,3
- Sustent. de preços	125,0	197,5
Pronaf	61,2	47,9
Pesa	4,5	15,3
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	23,7	22,0
FUNCAFÉ	1,7	0,8
Outros	0,3	-6,9
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-55,1	-49,6
Exportação (Proex)	55,4	42,7
Total	256,0	318,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

As outras despesas de custeio e capital atingiram o montante de R\$ 8,5 bilhões em abril, contra R\$ 8,1 bilhões no mês anterior (variação de 5,6%). Houve aumento de R\$ 587,2 milhões (9,1%) nos gastos discricionários enquanto que as despesas com o funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário cresceram R\$ 38,4 milhões (9,2%). Por outro lado, registrou-se decréscimo de R\$ 83,8 milhões (15,1%) em dispêndios com créditos extraordinários e R\$ 78,8 milhões (14,6%) com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI).

O crescimento de R\$ 587,2 milhões (9,1%) nas despesas discricionárias concentrou-se principalmente nos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 152,8 milhões), Defesa (R\$ 151,2 milhões) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (R\$ 111,0 milhões), além de aumentos menos expressivos em outros ministérios. Por outro lado, reduziram-se despesas nos Ministérios da Saúde (R\$ 50,4 milhões), Previdência (R\$ 36,2 milhões) e Ciência e Tecnologia (R\$ 22,4 milhões).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2008 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAR/08	ABR/08
Sentenças Judiciais	12,7	12,9
Legislativo/Judiciário	418,8	457,2
Crédito Extraordinário ¹	555,2	471,4
Projeto Piloto de Investimento ²	538,6	459,7
Outras ³	105,6	91,8
Discricionárias	6.465,0	7.052,2
d/q Min. da Saúde	3.226,5	3.176,1
Min. do Des. Social	900,9	1.053,7
Min. da Educação	732,3	776,1
Min. da Defesa	315,6	466,8
Min. da Ciência e Tec.	206,4	184,0
Min. do Des. Agrário	65,5	176,6
Min. da Justiça	86,2	97,8
Min. da Previdência	124,2	88,0
Min. das Cidades	30,5	43,7
Demais	776,9	989,5
Total	8.095,9	8.545,3

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Pessoal e Encargos	4,68%	4,44%
Custeio e Capital	4,73%	4,69%
Despesas do FAT	0,49%	0,54%
Subsídios e Subvenções ¹	0,20%	0,18%
LOAS/RMV	0,52%	0,55%
Outras	3,52%	3,42%
Transferência ao Bacen	0,02%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN - ABR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Sentenças Judiciais	1.088,0	1.360,3
Legislativo/Judiciário	1.558,7	1.662,9
Crédito Extraordinário ¹	1.362,6	1.866,6
Projeto Piloto de Investimento ²	680,7	1.636,9
Outras ³	233,2	349,6
Discricionárias	23.345,3	24.057,1
d/q Min. da Saúde	11.654,7	11.190,4
Min. do Des. Social	3.022,5	3.785,2
Min. da Educação	2.155,1	2.881,5
Min. da Defesa	1.195,0	1.115,1
Min. da Ciência e Tec.	691,7	677,4
Min. do Des. Agrário	573,6	471,8
Min. da Previdência	306,7	299,3
Min. da Justiça	343,1	324,3
Min. dos Transportes	370,2	351,0
Demais	3.032,8	2.961,1
Total	28.266,6	30.933,3

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.514, de 13/08/07 (LDO-2008).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

No primeiro quadrimestre de 2008, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,15% do PIB, contra 9,43% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 7,0 bilhões (9,3%) em relação a 2007, abaixo do crescimento do PIB nominal no período (12,6%). Destacam-se os incrementos de R\$ 2,5 bilhões (6,7%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 4,4 bilhões (11,6%) nas despesas de custeio e capital.

A evolução dos dispêndios com a folha salarial reflete a reestruturação de carreiras dos Poderes. Os gastos no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público (excluído os precatórios) tiveram aumento nominal de 15,8%. Registra-se também o aumento de 57,1% (R\$ 926,6 milhões) em despesas de precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal. Apesar deste incremento nominal da despesa com pessoal, quando comparado ao PIB, verifica-se uma redução de 0,25 ponto percentual no período, passando de 4,68% do PIB em 2007 para 4,44% do PIB, em 2008.

Os gastos com custeio e capital apresentaram aumento de R\$ 4,4 bilhões, destacando-se as outras despesas de custeio e capital (com incremento de R\$ 2,7 bilhões), despesas com o FAT (R\$ 922,8 milhões) e dispêndios com LOAS/RMV (R\$ 788,2 milhões). Apesar desse desempenho, tais despesas, em relação ao PIB, reduziram de 4,73% em 2007 para 4,69% em 2008.

Os gastos com abono e seguro-desemprego no primeiro quadrimestre de 2008 atingiram R\$ 4,7 bilhões frente à despesa de R\$ 3,8 bilhões (variação de 24,8%) em igual período de 2007. Esse desempenho reflete, além do crescimen-

to real do salário mínimo (com impacto no seguro-desemprego), a elevação do emprego formal, inclusive nas faixas de renda passíveis de percepção do benefício do abono salarial.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2007-2008**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média jan-abr/01	1.237.700	-	417.719	-	819.980	-
média jan-abr/02	1.376.243	11%	491.760	18%	884.483	8%
média jan-abr/03	1.586.011	15%	600.342	22%	985.668	11%
média jan-abr/04	1.770.314	12%	724.351	21%	1.045.963	6%
média jan-abr/05	2.102.443	19%	959.340	32%	1.143.103	9%
média jan-abr/06	2.323.911	11%	1.092.004	14%	1.231.908	8%
média jan-abr/07	2.507.671	8%	1.201.527	10%	1.306.144	6%
média jan-abr/08	2.724.999	9%	1.316.853	10%	1.408.146	8%

Em relação à variação do PIB nominal 2008/2007, as 'outras despesas de custeio', no período janeiro a abril, reduziram em 3,7 p.p. enquanto que as 'outras despesas de capital' cresceram 1,7 p.p.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 788,2 milhões (18,7%) em relação ao acumulado até abril de 2007. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2007 e 2008 (8,57% e 9,21%, respectivamente) e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9% no primeiro quadrimestre de 2008, se comparado com o mesmo período do ano anterior. Do total de benefícios pagos, 1,3 milhão foi destinado aos idosos e 1,4 milhão aos portadores de deficiência.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos tiveram pequeno aumento de R\$ 45,2 milhões (2,8%). No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda de R\$ 47,9 milhões, com destaque para a redução das despesas de equalização no Programa Custeio Agropecuário (R\$ 124,0 milhões), do Programa de Sustentação de Preços (R\$ 82,0 milhões) e do Programa de Aquisição do Governo Federal (R\$ 49,6 milhões). Por outro lado, registrou-se no período, aumento nas despesas no Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 181,1 milhões) e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (R\$ 35,7 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve incremento de R\$ 2,7 bilhões (9,4%) em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior. As despesas com sentenças judiciais aumentaram R\$ 272,3 milhões (25,0%) no período, assim como a execução de despesas por conta dos créditos extraordinários R\$ 503,9 milhões (37,0%). Os gastos do Projeto Piloto de Inves-

**SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN - ABR (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO ¹	2007	2008
Agricultura	1.195,8	1.195,4
Custeio Agropecuário	293,9	170,0
Investimento Rural	5,1	23,5
Preços Agrícolas	545,0	415,8
- EGF	1,6	4,0
- AGF	-51,1	-100,7
- Sustent. de preços	594,5	512,5
Pronaf	186,2	367,3
Pesa	52,6	88,2
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	112,9	123,9
FUNCAFÉ	0,0	6,6
Outros	-222,6	-270,1
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	-210,1	-224,9
Exportação (Proex)	-12,5	-45,2
Total	973,1	925,2

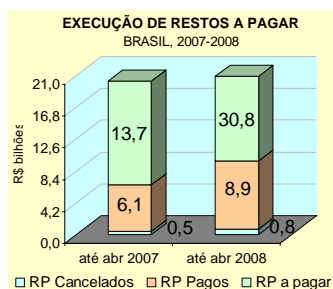
¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

² Dados revisados

Foram pagos, até abril, 22,4% do total de restos a pagar (RP) inscritos, sendo que 49,3% deste total relativos a despesas de capital.

timento Público (PPI) totalizaram de R\$ 1,6 bilhão, frente ao dispêndio de R\$ 680,7 milhões do ano anterior, variação de 140,5%.

As despesas discricionárias cresceram R\$ 711,8 milhões (3,0%), sendo que houve incremento de R\$ 3,3 bilhões (15,9%) em 'outras discricionárias', enquanto se registrou redução de R\$ 206,6 milhões (65,2%) com a Emissão de Títulos da Dívida Agrária – TDA. O acréscimo se deu, principalmente, em despesas dos Ministérios de Desenvolvimento Social (R\$ 762,6 milhões) e Educação (R\$ 726,4 milhões). Em contrapartida, houve redução de despesas nos Ministérios da Saúde (R\$ 464,2 milhões), Desenvolvimento Agrário (R\$ 101,8 milhões) e Defesa (R\$ 79,8 milhões).



Com relação à execução de restos a pagar (RP), no âmbito do Poder Executivo, o montante pago no primeiro quadrimestre do ano correspondeu a R\$ 8,9 bilhões, equivalentes a 22,4% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até abril, R\$ 4,5 bilhões referem-se a despesas com investimentos, representando execução de 15,0% do total de RP no ano, concentrados, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 1,3 bilhão), Cidades (R\$ 753,2 milhões) e Educação (R\$ 582,8 milhões).

Previdência Social

Em abril, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,8 bilhões, superior em R\$ 151,3 milhões ao registrado em março (aumento de 5,7%), devido essencialmente ao incremento nas despesas com benefícios previdenciários. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 12,5 bilhões, contra R\$ 14,0 bilhões observados no mesmo período de 2007 (redução de 10,7%).

Em abril, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,8 bilhões. No período de janeiro a abril de 2008, o déficit atingiu R\$ 12,5 bilhões, equivalentes a 1,38% do PIB. Em igual período de 2007, o déficit acumulado chegou a R\$ 14,0 bilhões, correspondentes a 1,75% do PIB. Verifica-se, neste ano, redução do déficit previdenciário na ordem de 0,37 ponto percentual do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAR 2008	ABR 2008	JAN - ABR 2007	JAN - ABR 2008
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	12.134,0	12.641,6	41.070,0	47.910,0
Arrecadação Bruta	13.399,4	13.951,0	45.617,3	53.914,2
- Contribuição Previdenciária	12.428,3	12.864,7	41.935,6	49.835,7
- Simples	786,5	833,0	2.689,0	3.296,2
- CFT	46,8	63,0	228,1	246,2
- Depósitos Judiciais	113,5	165,2	583,2	438,7
- Refis	24,3	25,1	87,4	97,4
- Outras Receitas	0,0	0,0	94,1	0,0
(-) Restituição/Devolução	-10,3	-10,7	-146,8	-63,1
(-) Transferências a Terceiros	-1.255,1	-1.298,8	-4.400,5	-5.941,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.769,9	15.428,8	55.117,6	60.449,3
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.635,9	-2.787,2	-14.047,6	-12.539,4
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,75%	-1,38%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 12,6 bilhões em abril, representando elevação de R\$ 507,6 milhões (4,2%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação ao primeiro quadrimestre de 2007, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 6,8 bilhões (16,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 41,9 bilhões para R\$ 49,8 bilhões (elevação de 18,8%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2007 e março de 2008 foi 14,6% superior à verificada no período correspondente em 2006/2007.

As despesas com benefícios apresentaram, em abril, aumento de R\$ 658,9 milhões (4,5%) com relação ao mês anterior. Isso se deve principalmente ao reajuste do salário mínimo, que define o piso previdenciário: parte de seu impacto foi exercido no mês de abril. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 5,3 bilhões (9,7%), atingindo o montante de R\$ 60,4 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 38,36 (7,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 499,0 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

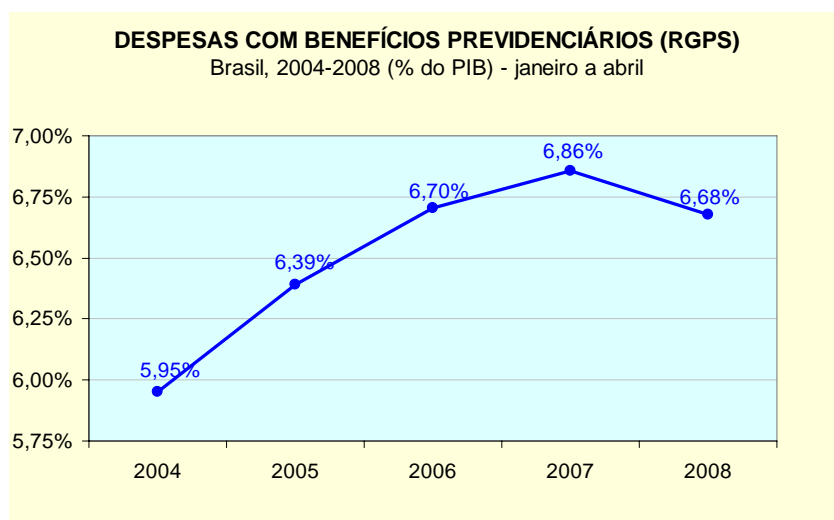
O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a abril de cada ano. Verifica-se que em 2004 esses gastos correspondiam a 5,95% do PIB; em 2008, correspondem a 6,68%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,18 ponto percentual do PIB por ano.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN - ABR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Contribuição	41.070,0	47.910,0	16,7%
Benefícios	55.117,6	60.449,3	9,7%
Res. Primário	-14.047,6	-12.539,4	-10,7%

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-ABR			
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008	%
Quantidade RGPS*	21,6	22,1	2,3%
Valor médio RGPS**	543,3	581,7	7,1%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 12,3%, passando de 5,95% do PIB no acumulado de janeiro a abril de 2004 para 6,68% do PIB no mesmo período em 2008.



No estoque de benefícios do primeiro quadrimestre de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 487,2 mil aposentadorias (3,6%) e de 177,8 mil pensões por morte (2,9%) e a redução de 174,9 mil benefícios de auxílio-doença (11,6%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007-2008

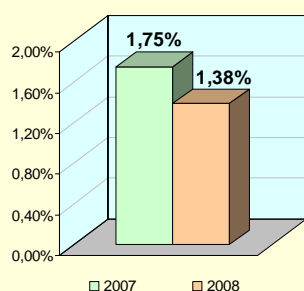
	Em mil benefícios			
	MAR 2008	ABR 2008	JAN-ABR 2007 2008	
Benefícios do RGPS	22.172	22.226	21.648	22.147
Previdenciários	21.401	21.453	20.919	21.378
Aposentadorias	13.991	14.037	13.496	13.981
Idade	7.238	7.260	6.947	7.233
Invalidez	2.775	2.784	2.738	2.773
Tempo de contribuição	3.979	3.993	3.811	3.975
Pensão por morte	6.128	6.143	5.945	6.123
Auxílio-Doença	1.199	1.189	1.406	1.190
Salário - maternidade	42	43	37	43
Outros	41	41	35	40
Acidentários	771	773	729	769
Aposentadorias	150	150	147	150
Pensão por morte	129	129	129	129
Auxílio - doença	140	141	97	138
Auxílio - acidente	271	271	270	271
Auxílio - suplementar	82	82	85	82

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN - ABR (% do PIB)

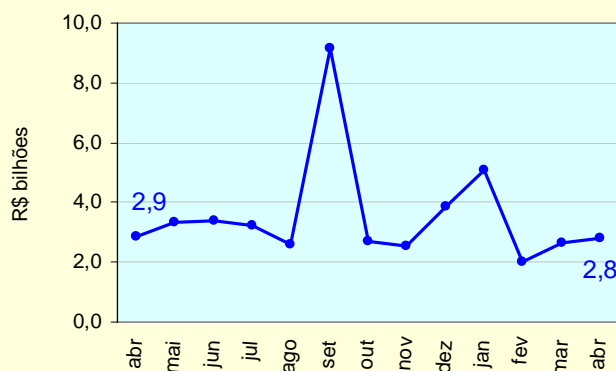
DISCRIMINAÇÃO	2007	2008
Contribuição	5,11%	5,29%
Benefícios	6,86%	6,68%
Res. Primário	-1,75%	-1,38%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,18 ponto percentual em relação ao período de janeiro a abril do ano passado, enquanto os gastos com benefícios previdenciários reduziram-se de 0,18 ponto percentual. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,38% do PIB, 0,37 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2007 (1,75%).

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Mar (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2007/2008



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em abril, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 686,5 bilhões, resultando em uma diminuição de R\$ 20,9 bilhões em relação ao saldo do mês anterior, ou 1,1 ponto percentual do PIB. Contribuíram para esse resultado as reduções de R\$ 6,6 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida e de R\$ 14,3 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, explicadas principalmente pela apreciação cambial no mês e pelos expressivos resgates de títulos da dívida mobiliária interna.

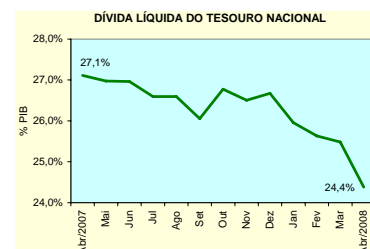
Em abril, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 686,5 bilhões, ou 24,4 % do PIB, inferior em R\$ 20,9 bilhões em relação ao saldo de março.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007 ABR	2008 MAR	2008 ABR
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	532.448	601.470	587.144
I.1. Dívida Interna	1.461.988	1.619.379	1.586.688
I.2. Haveres Internos	929.541	1.017.909	999.543
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	134.187	105.950	99.384
II.1. Dívida Externa	134.473	106.245	99.610
II.2. Haveres Externos	285	295	226
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	666.635	707.420	686.528
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	27,1%	25,5%	24,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.



A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de abril em R\$ 587,1 bilhões, equivalentes a 20,8% do PIB. Em relação a março, houve diminuição de R\$ 14,3 bilhões em termos nominais e 0,9 ponto percentual em relação ao PIB. Essa evolução está associada à redução de R\$ 32,7 bilhões (2,0 pontos percentuais em proporção do PIB) na dívida mobiliária, principal componente das obrigações, parcialmente compensada pela redução dos haveres internos em R\$ 18,4 bilhões.

A diminuição no estoque total da dívida mobiliária interna do Tesouro Nacional decorreu, principalmente, da redução de R\$ 31,3 bilhões da DPMFi em poder do público, resultante da apropriação de R\$ 11,6 bilhões em juros, mais que compensada por um resgate líquido desta dívida de R\$ 43,0 bilhões. Este resgate líquido foi gerado por R\$ 27,0 bilhões de emissões e R\$ 70,0 bilhões de resgates no período.

Dívida Interna Líquida

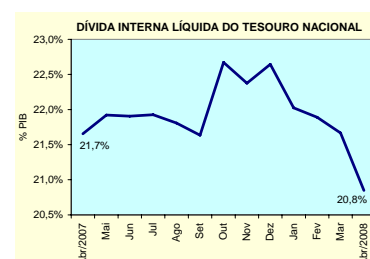


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA INTERNA	1.461.988	1.619.379	1.586.688
I.1. Dívida Mobiliária	1.439.261	1.596.918	1.564.277
DPMFi em Poder do Público ¹	1.151.467	1.250.027	1.218.714
DPMFi em Poder do Banco Central	299.767	362.999	362.253
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(11.973)	(16.108)	(16.690)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.727	22.461	22.411
II. HAVERES INTERNOS	929.541	1.017.909	999.543
II.1. Disponibilidades Internas	250.835	283.663	257.243
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	398.873	420.799	422.598
II.3. Haveres da Administração Indireta	179.437	195.088	201.624
II.4. Haveres Administrados pela STN	100.396	118.359	118.078
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	532.448	601.470	587.144
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,7%	21,7%	20,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

Título	R\$ bilhões		
	2007	2008	
	ABR	MAR	ABR
Em Poder do Público	1.151	1.250	1.219
LFT	424,6	416,9	430,7
LTN	327,4	318,2	275,5
NTN-B	192,5	262,8	268,9
NTN-C	62,6	66,7	54,8
NTN-F	89,1	135,1	138,9
Demais ¹	55,3	50,3	50,0
Aplic. em Tit. Púb.	-12,0	-16,1	-16,7
Na carteira do BCB	299,8	363,0	362,3
Total	1.439,3	1.596,9	1.564,3
% PIB	58,53%	57,52%	55,55%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Do total de emissões de títulos da DPMFi, R\$ 27,0 bilhões no mês, as mais expressivas foram de LFTe LTN, nos montantes de R\$ 12,7 bilhões e R\$ 8,0 bilhões respectivamente. Dos R\$ 70,0 bilhões de resgates, R\$ 53,4 bilhões referem-se à LTN, a maior parte relativa aos vencimentos do mês. Foram resgatadas também R\$ 12,7 bilhões de NTN-C. Destaca-se que o expressivo resgate de títulos prefixados em abril decorre da estratégia do Tesouro Nacional de concentrar o vencimento desses papéis no primeiro mês de cada trimestre civil, visando a criação de referência para o mercado de juros.

Com isso, a parcela de títulos com remuneração prefixada da DPMFi (LTN e NTN-F) reduziu de 36,3% em março para 34,0% em abril. Por sua vez, os títulos indexados à taxa Selic (LFT) aumentaram sua participação de 33,3% para 35,3% em abril.

Na carteira do Banco Central, a variação do estoque foi de R\$ 745,8 milhões, sendo R\$ 12,3 bilhões de emissões e R\$ 16,5 bilhões de resgates, contra uma apropriação de juros de R\$ 3,5 bilhões.

A Dívida Interna Líquida atingiu R\$ 587,1 bilhões, redução de R\$ 14,3 bilhões em relação ao mês anterior.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, MAR/2008

Título	Saldo Mar/08	Fatores de Variação ^{1/}			Saldo Abr/08
		Emissões	Resgates ^{2/}	Juros ^{3/}	
Em poder do público	1.250,0	27,0	-70,0	11,6	1.218,7
LFT	416,9	12,7	-2,7	3,7	430,7
LTN	318,2	8,0	-53,4	2,7	275,5
NTN-B	262,8	3,6	-0,5	3,0	268,9
NTN-C	66,7	-	-12,7	0,8	54,8
NTN-F	135,1	2,4	0,0	1,4	138,9
Demais ^{4/}	50,3	0,3	-0,7	0,0	50,0
Na carteira do BCB	363,0	12,3	-16,5	3,5	362,3
Total	1.613,0	39,3	-86,5	15,1	1.581,0

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

^{1/} Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

^{2/} Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

^{3/} Refere-se aos juros nominais apropriados por competência.

^{4/} Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A DPMFi em poder do público apresentou resgate líquido de R\$ 43,0 bilhões, com destaque para a LTN, resgate líquido de R\$ 45,4 bilhões.

Os haveres internos totalizaram R\$ 999,5 bilhões, apresentando redução em relação ao mês anterior de R\$ 18,4 bilhões, equivalente a 1,2 ponto percentual do PIB. A diminuição mais expressiva foi nas disponibilidades internas, queda de R\$ 26,4 bilhões, não obstante os aumentos de R\$ 1,8 bilhão no saldo dos haveres junto aos Governos Regionais e de R\$ 6,5 bilhões nos haveres da Administração Indireta.

A expansão dos haveres junto aos entes da federação decorreu do aumento do saldo no âmbito da Lei nº 9.496/97, cujo acréscimo foi de R\$ 2,2 bilhões, decorrente da atualização monetária do saldo. Tomados em porcentagem do PIB, os haveres do Tesouro Nacional junto aos entes da federação em abril de 2008 apresentaram-se 1,2 ponto percentual inferior ao verificado em abril de 2007, devido às amortizações no período.

Por sua vez, o saldo dos haveres administrados por fundos, autarquias e fundações expandiu-se em R\$ 6,5 bilhões, e está associado ao crescimento do saldo do FAT e ao patrimônio líquido dos fundos constitucionais regionais.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional em abril reduziu-se em R\$ 6,6 bilhões em relação ao mês anterior, totalizando no mês R\$ 99,3 bilhões, sendo R\$ 76,5 bilhões referentes à dívida mobiliária e R\$ 23,1 bilhões à dívida contratual. Em termos de proporção do PIB, a redução foi de 0,3 ponto percentual, caindo de 3,8% no mês anterior para 3,5% em abril.

Discriminação	HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2007/2008		
	R\$ bilhões		
	2007 ABR	2008 MAR	2008 ABR
Lei 9.496/97	268,9	293,7	295,9
MP 2.185/01	41,6	45,7	46,1
Lei 8.727/93	46,0	42,9	42,7
Antecipação de Royalties	14,3	13,2	13,1
Bônus Renegociados	9,2	7,4	6,9
Lei 7.976/89	2,9	1,7	1,7
Demais Haveres	16,0	16,3	16,3
Total	398,9	420,8	422,6
% PIB	16,22%	15,16%	15,01%

Entidade	HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA BRASIL, 2007/2008		
	R\$ bilhões		
	2007 ABR	2008 MAR	2008 ABR
FAT	122,5	128,5	129,2
Fundos Regionais	35,1	40,3	40,7
Demais	21,8	26,3	31,7
Total	179,4	195,1	201,6

Dívida Externa Líquida

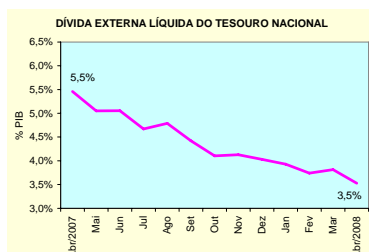
TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2007/2008

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2007	2008	
	ABR	MAR	ABR
I. DÍVIDA EXTERNA	134.473	106.245	99.610
I.1. Dívida Mobiliária	106.188	81.771	76.485
Euro	13.833	12.050	10.579
Global US\$	82.370	58.955	55.051
Global BRL	8.957	10.466	10.565
Demais	1.029	300	291
I.2. Dívida Contratual	28.284	24.475	23.125
Organismos Internacionais	23.427	20.362	19.419
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.857	4.112	3.705
II. HAVERES EXTERNOS	285	295	226
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	285	295	226
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	134.187	105.950	99.384
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[†]	5,5%	3,8%	3,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.

† PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

A Dívida Externa Líquida em abril totalizou R\$ 99,4 bilhões, equivalente a 3,5% do PIB. Esse saldo é inferior ao do mês anterior em R\$ 6,6 bilhões.



Essa redução decorreu, dentre outros fatores, da valorização da moeda nacional frente às demais moedas que compõem a dívida e também do vencimento dos bônus Global 2008 e DM 2008. O serviço da dívida totalizou R\$ 3,5 bilhões, sendo R\$ 2,7 bilhões de pagamento de principal e R\$ 0,8 bilhão referente ao pagamento de encargos.

Comparativamente ao mês de abril de 2007, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou significativa redução, passando de R\$ 134,2 bilhões para R\$ 99,4 bilhões, queda de R\$ 34,8 bilhões, ou o equivalente a 1,9 ponto percentual do PIB.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, ABR/2008

Discriminação	Saldo Mar/08	Fatores de Variação ^{1†}				Saldo Abr/08
		R\$ milhões				
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	81.771	-	(3.204)	564	(2.646)	76.485
Euro	12.050	-	(928)	43	(586)	10.579
Global US\$	58.955	-	(2.276)	421	(2.049)	55.051
Global BRL	10.466	-	-	99	0	10.565
Demais	300	-	-	1	(11)	291
Dívida Contratual	24.475	84	(331)	88	(1.192)	23.125
Org. Internacionais	20.362	80	(136)	74	(960)	19.419
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.112	4	(194)	15	(232)	3.705
Total	106.245	84	(3.534)	652	(3.838)	99.610

^{1†} Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimos) ao saldo da obrigação.

² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Abril 2008/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Boletim Fundeb

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Abr/2007	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2008
I. RECEITA TOTAL	54.987,1	48.241,9	49.433,2	50.874,9	48.673,0	49.294,9	54.692,0	52.552,1	67.121,6	64.569,0	50.116,0	55.681,6	63.541,3
I.1. Receitas do Tesouro	44.277,9	37.301,7	38.405,3	39.608,0	36.891,7	37.834,8	42.886,6	40.627,7	47.081,3	53.226,3	38.065,6	43.408,4	50.766,4
I.1.1. Receita Bruta	45.169,2	37.644,4	39.635,9	40.913,9	38.808,9	39.374,0	44.584,6	42.689,0	48.837,2	53.477,3	38.286,4	43.743,1	51.098,9
- Impostos	19.256,3	15.559,1	18.958,1	17.117,5	16.704,6	16.364,9	19.436,0	18.950,0	24.016,6	25.502,7	18.445,6	21.254,7	24.140,0
- Contribuições	18.046,1	16.522,9	17.597,0	18.634,0	18.035,5	18.512,3	19.522,3	19.796,9	20.239,2	20.957,3	15.903,6	15.877,9	18.456,8
- Demais ¹	7.866,8	5.562,4	3.080,8	5.162,3	4.068,8	4.496,7	5.626,4	3.942,1	4.581,4	7.017,3	3.937,3	6.610,5	8.502,1
I.1.2. (-) Restituições	-891,3	-342,7	-1.230,6	-1.305,9	-1.917,3	-1.529,2	-1.698,0	-2.061,3	-1.756,0	-251,0	-220,8	-334,7	-332,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.622,1	10.837,5	10.928,8	11.195,1	11.684,0	11.392,6	11.711,9	11.763,4	19.828,3	11.206,9	11.927,5	12.134,0	12.641,6
I.3. Receitas do Banco Central	87,2	102,7	99,1	71,8	97,3	67,5	93,5	161,0	212,0	135,8	122,9	139,2	133,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.570,4	9.423,7	9.678,0	7.733,1	8.487,2	7.896,9	8.123,3	9.551,4	11.465,8	10.217,4	11.350,3	9.891,9	10.442,0
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	7.076,5	7.285,6	7.453,1	5.858,6	6.164,5	6.401,7	6.066,9	7.055,4	9.915,9	8.482,3	9.317,6	7.398,4	8.559,2
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,5	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5
II.3. Transferências da Cide	434,5	0,0	0,0	465,9	0,0	0,0	470,8	0,0	0,0	471,6	0,0	0,0	460,4
II.4. Demais	1.059,4	1.921,4	1.142,3	1.137,7	2.051,1	1.224,3	1.316,1	2.227,2	1.291,7	1.248,3	2.032,7	2.005,1	1.259,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	46.416,7	38.818,2	39.755,2	43.141,8	40.185,8	41.398,0	46.568,7	43.000,7	55.655,8	54.351,6	38.765,7	45.789,7	53.099,3
IV. DESPESA TOTAL	32.146,6	34.576,0	34.556,8	37.979,2	36.522,2	41.359,3	36.690,7	38.496,6	63.708,2	38.979,5	33.538,3	35.100,0	36.353,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	8.467,6	8.656,1	9.030,9	11.104,7	8.682,0	8.962,2	9.015,0	10.024,7	13.240,5	12.570,9	9.506,4	9.031,8	9.074,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	13.486,7	14.187,3	14.315,3	14.407,9	14.270,4	20.550,4	14.406,3	14.324,1	23.714,2	16.295,8	13.954,8	14.769,9	15.428,8
IV.3. Custeio e Capital	9.991,7	11.537,3	11.031,8	12.306,0	13.362,0	11.678,2	13.071,8	13.899,0	26.396,6	9.890,6	9.891,5	11.045,4	11.603,8
IV.3.1. Despesa do FAT	1.103,1	1.205,7	1.407,9	2.656,8	2.300,4	1.626,2	1.957,1	1.739,9	1.648,8	1.107,5	1.373,8	1.197,0	1.174,0
- Abono e Seguro Desemprego	1.007,0	1.175,2	1.368,3	2.584,1	2.271,9	1.555,2	1.917,6	1.710,5	1.460,5	1.040,9	1.354,2	1.167,9	1.147,1
- Demais Despesas do FAT	96,1	30,5	39,6	72,7	28,4	71,0	39,5	29,4	188,3	66,5	19,6	29,1	26,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	465,5	761,2	836,3	364,2	657,3	522,5	1.200,6	2.017,4	2.055,1	438,0	175,3	484,9	553,4
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	339,1	922,0	1.934,4	1.880,0	233,3	117,7	256,0	318,2
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	246,0	317,4	253,0	184,3	110,5	183,3	278,6	83,0	175,2	204,7	57,5	228,9	235,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.057,3	1.149,8	1.152,7	1.159,1	1.164,0	1.169,7	1.182,2	1.184,3	1.824,4	1.194,3	1.201,0	1.267,6	1.331,1
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.365,8	8.420,6	7.634,9	8.125,9	9.240,3	8.359,8	8.732,0	8.957,4	20.868,2	7.150,9	7.141,4	8.095,9	8.545,3
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	28,8	53,9	11,3	11,7	38,1	11,1	38,6	64,6	130,2	23,5	68,2	81,9	74,0
IV.5. Despesas do Banco Central	171,9	141,4	167,6	148,9	169,7	157,4	159,1	184,2	226,7	198,6	117,5	171,1	172,3
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	14.270,1	4.242,1	5.198,4	5.162,7	3.663,5	38,7	9.878,0	4.504,1	-8.052,4	15.372,1	5.227,3	10.689,7	16.745,5
V.1. Tesouro Nacional	17.219,4	7.630,6	8.653,4	8.452,5	6.322,3	9.286,4	12.637,9	7.088,0	-4.151,9	20.523,8	7.249,3	13.357,5	19.571,7
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8	-2.586,4	-9.157,7	-2.694,4	-2.560,6	-3.885,9	-5.088,9	-2.027,3	-2.635,9	-2.787,2
V.3. Banco Central ⁶	-84,7	-38,7	-68,5	-77,1	-72,5	-89,9	-65,6	-23,2	-14,6	-62,7	5,4	-31,8	-39,0
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	213,1	237,3	133,9	158,4	305,4	101,0	23,8	0,0	0,0	148,4	143,2	146,3	141,1
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	435,9	865,5	141,4	-369,1	-523,2	672,1	115,9	279,5	-635,8	1.184,8	-1.282,3	203,3	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	14.919,1	5.345,0	5.473,8	4.951,9	3.445,7	811,8	10.017,7	4.783,6	-8.688,1	16.705,3	4.088,2	11.039,3	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-10.458,0	-14.494,5	-8.229,7	-11.434,5	-8.118,2	-8.806,4	-10.276,6	-7.499,2	-7.087,7	-6.396,9	-9.900,1	-8.230,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	4.461,0	-9.149,6	-2.755,9	-6.482,6	-4.672,5	-7.994,6	-259,0	-2.715,5	-15.775,8	10.308,5	-5.811,9	2.808,6	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	635,3	585,0	678,6	581,4	655,4	634,8	635,9	961,0	1.043,2	597,6	766,9	639,1	594,1
RMV ⁴	152,8	163,8	162,3	160,7	159,1	157,5	156,0	154,6	234,5	151,5	151,9	156,3	161,1

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Abr/2007	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2008
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	53.863,8	52.692,5	52.112,3	50.154,1	53.453,5	52.979,0	53.302,0	58.932,5	80.050,6	46.651,1	59.324,0	54.872,4	58.831,9
I.1 - Recolhimento Bruto	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5	36.900,6	37.968,9	44.190,3	56.125,1	31.009,2	44.947,2	38.230,3	42.574,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8	1.186,2	1.601,6	1.532,3	1.334,2	1.773,4	1.541,3	1.607,5	1.562,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	166,1	118,5	116,8	118,5	141,5	129,5	345,5	331,8	304,2	313,0	87,6	187,4	142,2
I.5 - Receita do Salário Educação	593,1	612,9	633,1	644,1	666,5	673,8	688,2	686,3	712,1	1.256,7	720,9	727,7	746,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8	14.095,6	12.686,9	12.188,3	21.571,5	12.298,8	12.027,0	14.119,6	13.805,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	59,6	91,3	18,6	38,8	105,4	3,4	10,9	3,6	3,6	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	47.558,3	60.092,7	56.541,7	56.176,3	48.238,0	59.494,5	48.887,3	60.631,1	59.019,1	67.755,7	47.453,2	51.392,8	53.231,3
II.1 - Liberações Vinculadas	10.279,8	11.040,7	11.468,5	9.330,3	10.136,8	9.820,6	9.804,5	11.408,9	11.978,1	13.810,2	13.733,2	10.994,6	12.436,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3	6.816,5	6.459,5	7.515,7	10.538,9	9.042,7	9.933,5	7.883,5	9.121,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	813,2	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3	540,4	1.099,0	1.527,2	556,4	1.056,5	1.717,3	634,9	1.038,7
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8	269,8	268,8	258,2	15,2	0,0	488,4	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.920,6	2.192,9	1.976,2	2.097,8	624,7	3.695,8	2.082,5	1.987,8	2.113,7
II.2 - Liberações Ordinárias	37.278,5	49.052,0	45.073,2	46.846,0	38.101,2	49.673,9	39.082,8	49.222,3	47.041,0	53.945,4	33.720,0	40.398,2	40.794,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.262,7	9.330,4	11.788,0	9.354,5	9.548,9	9.738,0	9.539,9	13.737,7	12.423,1	12.653,7	10.463,6	9.736,7	10.098,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1	717,5	267,2	588,2	606,1	130,5	887,0	610,5	660,0	1.615,2
i) Dívida Contratual Interna	122,9	112,7	115,2	103,7	110,1	116,2	429,9	288,2	110,9	73,3	103,2	103,9	112,7
ii) Dívida Contratual Externa	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4	607,4	151,0	158,2	317,9	19,6	813,6	507,2	556,2	1.502,6
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0	9.732,0	5.015,7	6.323,0	-1.346,4	15.488,5	2.940,1	6.387,5	4.519,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0	20.172,9	14.092,7	16.919,7	17.734,4	17.145,3	13.518,2	15.408,3	15.433,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.260,7	13.499,2	8.567,0	8.214,2	8.948,3	9.530,9	9.515,3	11.220,2	17.525,1	7.281,6	6.007,3	7.869,9	8.709,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	294,5	437,1	464,1	133,0	592,4	232,9	331,1	415,6	574,1	489,3	180,3	335,8	419,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	6.305,5	-7.400,2	-4.429,4	-6.022,2	5.215,5	-6.515,5	4.414,7	-1.698,7	21.031,5	-21.104,6	11.870,8	3.479,6	5.600,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	51.770,7	36.079,5	46.413,0	19.602,6	12.357,6	34.026,6	66.595,0	21.385,5	16.462,8	24.067,3	34.613,8	21.769,9	22.981,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7	33.394,2	65.454,7	20.785,2	15.540,3	23.334,0	33.100,6	20.876,5	22.076,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	667,2	1.098,6	989,5	647,9	732,8	632,5	1.140,4	600,3	922,4	733,3	1.513,2	893,4	905,2
V. DESPESAS	36.063,9	19.313,8	21.962,2	46.243,8	5.482,3	23.829,6	41.292,2	7.071,0	19.498,1	44.541,4	1.345,8	22.404,9	59.805,9
V.1 - Amortização da Dívida Interna	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1	23.504,8	40.341,6	5.985,0	19.397,8	43.079,9	529,2	21.006,6	59.800,3
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5	23.363,0	40.047,5	5.766,0	19.251,4	42.981,5	384,9	20.868,5	59.653,4
V.1.2 - Dívida Contratual	140,8	135,8	137,2	136,3	138,6	141,7	294,1	219,0	146,3	98,5	144,3	138,1	146,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1	324,8	950,6	1.085,9	100,3	1.461,5	816,5	1.398,3	5,6
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	19.567,7	18.469,9	23.697,0	-25.095,8	7.784,2	10.031,1	25.407,2	15.019,2	-3.711,1	-19.647,4	32.715,7	8,0	-37.577,3
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	3.063,7	21.543,1	19.609,7	-35.385,3	16.993,4	6.120,3	29.994,5	13.299,0	22.850,8	-47.774,8	49.048,0	9.077,3	-33.204,2

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Abr/2007	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2008
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	7.051,3	16.777,6	10.788,4	29.278,1	5.502,5	2.438,7	15.476,9	2.483,1	10.154,6	31.528,5	4.709,1	6.232,6	14.519,7
I.1. Emissão de Títulos	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8	0,0	13.292,7	0,0	8.119,4	29.273,9	2.259,5	3.395,3	12.277,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3	2.268,5	2.029,7	2.344,6	1.940,9	2.117,7	2.309,2	2.696,1	2.118,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	200,8	159,0	225,1	178,8	173,4	170,3	154,5	138,5	94,4	136,8	140,5	141,3	123,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	26.000,0	4.600,0	11.200,0	32.000,0	600,0	0,0	15.200,0	1.800,0	5.300,0	37.724,6	800,0	0,0	16.500,0
II.1. Resgate de Títulos	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0	0,0	13.500,0	0,0	4.853,5	29.500,0	0,0	0,0	15.000,0
II.2. Encargos da DPMF	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0	0,0	1.700,0	1.800,0	446,5	8.224,6	800,0	0,0	1.500,0
III. RESULTADO (I - II)	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7	276,9	683,1	4.854,6	-6.196,2	3.909,1	6.232,6	-1.980,3

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Abr/2007	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2008
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	104,6	100,2	109,5	0,6	194,5	82,2	67,5	58,9	49,4	47,0	44,6	38,5	39,9
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,3	0,4	0,7	2,6	16,9	0,1	0,1	0,2	1,5	19,5	0,4	0,9	2,7
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	44,2	181,3	162,8	53,0	71,5	88,6	5,1	-4,1	-15,7	54,8	39,3	125,2	196,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,8	1,6	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	22,5	1,9	1,2	1,1	1,3	0,4
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	43,4	47,6	98,6	53,0	0,5	40,6	-60,9	-136,8	-116,0	-66,4	-31,9	-1,1	-1,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	132,0	61,0	0,0	71,0	48,0	66,0	110,2	98,5	120,0	70,0	125,0	197,5
IV. PRONAF	47,0	77,2	106,3	6,9	223,1	42,3	73,6	110,0	74,8	224,2	34,0	61,2	47,9
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	29,2	31,5	42,7	8,6	205,2	34,9	36,9	47,1	58,6	216,4	41,4	39,9	51,0
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	17,7	45,7	63,6	-1,8	17,9	7,4	36,7	63,0	16,2	7,9	-7,4	21,3	-3,2
V. PROEX	7,4	65,7	45,0	26,0	21,9	22,2	-71,8	35,0	102,6	-132,9	-10,5	55,4	42,7
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	12,6	48,2	29,3	23,9	40,7	18,7	22,4	28,1	74,4	0,0	11,3	82,2	37,3
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-5,2	17,5	15,7	2,1	-18,9	3,5	-94,2	6,9	28,2	-132,9	-21,8	-26,8	5,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	22,1	39,6	68,9	36,4	17,8	17,8	82,4	48,6	177,6	14,0	54,4	4,5	15,3
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	2,7	69,6	54,1	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	454,4	983,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	42,1	35,1	88,9	51,1	60,5	118,9	208,7	250,4	595,3	52,6	25,6	23,7	22,0
XI. FUNCAFÉ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	1,9	4,1	0,0	1,7	0,8
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0	-83,8	-49,8	303,6	743,6	-50,2	-70,0	-55,1	-49,6
XIII. TOTAL	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	288,3	770,4	1.787,1	1.731,2	233,3	117,7	256,0	318,2

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2007	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2008
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	532.447,6	542.919,4	546.778,4	553.860,4	559.668,4	561.748,3	595.507,0	595.868,4	610.408,2	600.252,2	602.298,4	601.469,9	587.144,3
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.461.988,4	1.497.054,3	1.522.443,0	1.491.536,6	1.516.038,2	1.530.079,5	1.563.586,6	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6
DPMFi em Poder do Público ¹¹	1.151.466,6	1.173.908,6	1.198.903,6	1.171.118,2	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8
DPMFi em Poder do Banco Central	299.767,2	313.086,6	312.741,8	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-11.972,8	-12.607,5	-11.811,6	-12.739,5	-11.460,9	-11.688,6	-11.315,1	-11.231,5	-9.975,3	-14.348,5	-15.196,8	-16.107,6	-16.690,2
Demais Obrigações Internas	22.727,5	22.666,6	22.609,2	22.561,1	22.523,0	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9
I.2. HAVERES INTERNOS	929.540,9	954.134,9	975.664,5	937.676,2	956.369,7	968.331,2	968.079,6	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	999.543,3
Disponibilidades Internas	250.835,0	276.023,8	290.053,9	252.121,7	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.243,0
Haveres junto aos Governos Regionais	398.873,3	398.350,4	398.907,3	398.421,4	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0
Haveres da Administração Indireta	179.436,6	180.351,4	181.817,0	183.085,7	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	201.624,5
Haveres Administrados pela STN	100.396,0	99.409,4	104.886,3	104.047,4	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6	114.797,9	107.803,5	109.927,2	108.604,2	107.101,5	102.933,6	105.949,9	99.383,8
II.1. DÍVIDA EXTERNA	134.472,7	125.379,8	126.439,0	118.276,6	123.187,0	115.083,4	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6
Dívida Mobiliária	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0
Dívida Contratual	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6
II.2. HAVERES EXTERNOS	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	225,9
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	225,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	666.634,8	668.044,3	672.954,3	671.879,1	682.561,0	676.546,2	703.310,5	705.795,5	719.012,4	707.353,7	705.232,0	707.419,8	686.528,0
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	27,1%	27,0%	27,0%	26,6%	26,6%	26,1%	26,8%	26,5%	26,7%	26,0%	25,6%	25,5%	24,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

¹² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2007	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2008
I. DÍVIDA INTERNA	1.461.988,4	1.497.054,3	1.522.443,0	1.491.536,6	1.516.038,2	1.530.079,5	1.563.586,6	1.586.366,3	1.598.019,0	1.566.391,4	1.605.710,6	1.619.379,0	1.586.687,6
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.151.466,6	1.173.908,6	1.198.903,6	1.171.118,2	1.189.086,7	1.200.832,6	1.199.030,5	1.219.726,4	1.224.870,6	1.203.961,7	1.242.164,0	1.250.026,9	1.218.713,8
LFT	424.630,4	428.857,6	406.966,3	412.630,1	418.467,9	409.582,1	424.714,9	424.505,7	409.024,1	418.671,3	427.528,3	416.874,2	430.655,2
LTN	327.407,8	334.680,1	349.894,6	309.811,2	314.408,4	320.363,2	295.259,6	312.489,3	325.148,8	294.357,5	311.502,5	318.195,8	275.462,0
NTN-B	192.464,9	193.040,8	209.639,4	216.173,9	218.793,5	230.510,5	235.642,0	238.016,6	242.267,6	249.567,5	255.441,5	262.812,9	268.895,5
NTN-C	62.550,2	62.800,6	63.264,3	62.125,5	63.152,8	63.918,3	63.956,9	64.612,9	66.224,8	65.180,8	65.992,7	66.713,2	54.820,0
NTN-F	89.132,9	99.916,3	114.160,6	115.522,5	118.808,9	122.055,8	126.580,4	127.951,0	131.823,9	126.014,5	131.810,6	135.086,9	138.853,2
Dívida Securitizada	21.246,6	21.257,1	21.498,4	21.688,8	21.740,5	21.280,7	21.035,2	20.120,9	20.776,5	20.741,7	20.913,3	21.054,3	21.108,6
Demais Títulos em Poder do Público	34.033,8	33.356,0	33.479,9	33.166,3	33.714,7	33.122,0	31.841,4	32.029,9	29.604,8	29.428,3	28.975,1	29.289,4	28.919,3
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	299.767,2	313.086,6	312.741,8	310.596,8	315.889,4	318.420,2	353.363,7	355.345,6	360.632,7	354.250,6	356.221,5	362.998,9	362.253,0
LFT	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6	76.549,3	77.265,1	77.922,0	78.918,4	91.407,5	92.145,6	96.333,7	100.641,9
LTN	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2	143.810,3	150.634,8	152.219,4	158.370,1	139.526,7	140.734,9	142.040,4	135.666,5
Demais Títulos na Carteira do BCB	85.270,7	89.814,2	92.124,4	96.817,7	97.603,6	98.060,6	125.463,7	125.204,2	123.344,2	123.316,4	123.340,9	124.624,8	125.944,6
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	(11.972,8)	(12.607,5)	(11.811,6)	(12.739,5)	(11.460,9)	(11.688,6)	(11.315,1)	(11.231,5)	(9.975,3)	(14.348,5)	(15.196,8)	(16.107,6)	(16.690,2)
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.727,5	22.666,6	22.609,2	22.561,1	22.523,0	22.515,2	22.507,6	22.525,8	22.491,1	22.527,6	22.522,0	22.460,8	22.410,9
II. DÍVIDA EXTERNA	134.472,7	125.379,8	126.439,0	118.276,6	123.187,0	115.083,4	108.111,8	110.227,6	108.884,1	107.379,9	103.212,6	106.245,4	99.609,6
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9	84.156,7	85.614,8	84.568,0	83.086,7	79.934,4	81.770,8	76.485,0
Euro	13.832,6	13.027,0	13.069,4	12.973,9	13.605,4	13.216,4	11.108,4	11.630,9	11.661,2	11.524,9	11.079,4	12.050,1	10.578,6
Global US\$	82.370,0	74.953,3	75.291,6	68.757,7	71.692,1	65.702,8	62.155,6	62.983,2	61.807,7	60.958,2	58.165,5	58.955,0	55.050,8
Global BRL	8.957,1	9.854,5	10.726,3	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0
Demais Títulos Externos	1.028,5	976,1	989,3	386,7	406,1	343,7	327,7	336,8	336,1	335,7	322,5	299,8	290,6
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5	23.955,1	24.612,8	24.316,1	24.293,2	23.278,2	24.474,6	23.124,6
Organismos Multilaterais	23.427,5	22.003,5	21.893,3	21.497,5	22.491,0	20.948,8	19.977,3	20.485,7	20.284,3	20.209,1	19.363,4	20.362,2	19.419,2
Credores Privados e Ag. Governamentais	4.857,0	4.565,4	4.469,0	4.392,9	4.625,4	4.405,7	3.977,9	4.127,2	4.031,8	4.084,1	3.914,8	4.112,4	3.705,4
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.596.461,1	1.622.434,2	1.648.881,9	1.609.813,2	1.639.225,2	1.645.162,9	1.671.698,4	1.696.593,9	1.706.903,1	1.673.771,3	1.708.923,2	1.725.624,3	1.686.297,2
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	64,9%	65,5%	66,1%	63,7%	63,9%	63,4%	63,6%	63,7%	63,3%	61,4%	62,1%	62,2%	59,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Abr/2007	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr/2008
I. HAVERES INTERNOS	929.540,9	954.134,9	975.664,5	937.676,2	956.369,7	968.331,2	968.079,6	990.497,9	987.610,8	966.139,2	1.003.412,3	1.017.909,1	999.543,3
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	250.835,0	276.023,8	290.053,9	252.121,7	265.894,1	272.199,6	269.843,5	287.109,5	275.867,5	247.911,6	282.699,8	283.662,8	257.243,0
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	398.873,3	398.350,4	398.907,3	398.421,4	400.099,4	405.170,0	407.385,2	410.182,2	412.322,2	417.171,8	419.402,6	420.799,4	422.598,0
Bônus Renegociados	9.162,1	8.674,9	8.650,9	8.341,8	8.750,7	8.224,3	7.476,0	7.581,4	7.599,8	7.544,3	7.162,2	7.403,7	6.935,1
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	3.272,6	3.251,8	3.230,2	3.210,2	3.189,9	3.166,2	3.144,7	3.121,0	3.096,9	3.073,9	3.047,9	3.023,2	2.999,4
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	9.832,3	9.826,9	9.823,3	9.829,4	9.846,2	9.963,1	10.059,3	10.114,2	10.199,5	10.328,1	10.408,7	10.426,5	10.477,4
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	2.872,0	2.725,4	2.388,7	2.304,5	2.362,4	2.237,8	2.116,0	2.074,3	1.805,9	1.777,1	1.693,3	1.703,3	1.650,9
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	46.040,1	45.895,8	45.740,0	45.591,8	45.449,8	45.330,4	45.196,1	45.081,8	43.434,2	43.304,3	43.162,4	42.922,1	42.702,2
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	268.896,7	269.632,1	270.548,2	271.119,4	272.293,2	276.486,2	279.507,4	281.881,0	285.245,0	289.387,9	292.405,9	293.670,9	295.867,2
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	41.587,9	41.722,1	42.010,8	42.092,3	42.355,8	43.149,3	43.204,6	43.600,1	44.119,5	44.872,4	45.417,4	45.665,6	46.055,0
Antecipação de Royalties	14.327,4	13.753,4	13.665,5	13.593,4	13.523,1	13.692,9	13.797,1	13.840,0	13.953,6	14.013,6	13.283,3	13.172,5	13.124,1
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.882,3	2.868,1	2.849,7	2.338,5	2.328,2	2.919,9	2.884,0	2.888,4	2.867,8	2.870,2	2.821,5	2.811,6	2.786,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	179.436,6	180.351,4	181.817,0	183.085,7	185.314,2	185.896,5	186.577,6	188.177,9	191.884,5	193.138,5	193.691,4	195.088,2	201.624,5
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	122.510,0	122.635,9	123.358,6	123.795,2	124.890,6	124.236,4	124.295,8	125.064,8	126.914,2	127.676,8	127.584,9	128.539,6	129.218,7
Fundos Constitucionais Regionais	35.141,8	35.489,8	35.838,5	36.293,3	36.769,5	37.166,0	37.489,4	38.056,5	38.533,4	39.084,2	39.767,9	40.298,2	40.744,7
Fundos Diversos	21.784,8	22.225,7	22.619,9	22.997,2	23.654,1	24.494,1	24.792,4	25.056,5	26.436,9	26.377,5	26.338,6	26.250,3	31.661,1
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	100.396,0	99.409,4	104.886,3	104.047,4	105.062,1	105.065,1	104.273,3	105.028,4	107.536,6	107.917,3	107.618,5	118.358,8	118.077,8
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.522,2	5.490,2	5.492,3	5.494,5	5.496,3	5.498,2	5.522,9	5.524,7	5.526,0	5.528,6	5.530,9	5.531,8	5.534,2
Haveres de Operações Estruturadas	42.360,1	41.884,0	41.976,8	40.965,0	41.685,2	41.272,5	40.505,6	41.090,7	43.361,1	43.546,9	43.324,9	43.934,5	43.791,1
Haveres Originários de Privatizações	6.833,1	6.835,9	6.837,1	6.834,8	6.841,6	7.063,6	7.065,6	7.066,3	7.067,5	7.069,1	7.069,0	7.070,1	7.071,3
Haveres de Legislação Específica	18.314,2	18.339,6	23.561,0	23.623,0	23.715,9	23.993,0	24.217,5	24.374,5	24.615,2	24.924,8	25.144,3	35.279,3	35.130,4
Demais Haveres Administrados pela STN	27.366,4	26.859,7	27.019,1	27.130,1	27.323,1	27.237,7	26.961,8	26.972,3	26.966,9	26.847,9	26.549,5	26.543,0	26.550,7
II. HAVERES EXTERNOS	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	225,9
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	285,4	255,0	263,1	257,9	294,4	285,5	308,3	300,5	279,9	278,4	278,9	295,5	225,9
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	929.826,3	954.389,9	975.927,6	937.934,1	956.664,1	968.616,7	968.388,0	990.798,4	987.890,7	966.417,6	1.003.691,2	1.018.204,6	999.769,2
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	37,8%	38,5%	39,1%	37,1%	37,3%	37,3%	36,9%	37,2%	36,6%	35,5%	36,5%	36,7%	35,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ ABRIL 2008/2007 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2007						2008					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	115.085,0	1.703,3	38,3	38,3	4.640,7	4.679,0	364.418,1	5.312,1	124,4	124,4	3.314,2	3.438,7
Senado Federal	126.845,6	9.911,3	785,6	785,6	12.225,7	13.011,3	75.801,6	4.480,2	294,7	294,7	4.700,4	4.995,2
Tribunal de Contas da União	53.646,7	2.532,2	202,1	202,1	2.740,9	2.943,0	61.538,6	399,5	44,4	44,4	11.562,2	11.606,6
Supremo Tribunal Federal	61.489,3	13.597,7	299,4	84,4	7.210,7	7.295,1	70.468,6	860,1	40,7	40,7	32.681,8	32.722,5
Superior Tribunal de Justiça	8.999,6	981,0	24,1	23,4	1.822,1	1.845,5	15.409,6	2.297,4	2,3	1,8	5.048,5	5.050,3
Justiça Federal ³	266.763,1	222.958,3	120.010,6	119.849,7	68.148,2	187.998,0	258.441,5	202.341,7	175.083,7	174.959,8	58.785,3	233.745,1
Justiça Militar	7.585,3	190,6	89,4	74,4	1.755,8	1.830,1	7.439,7	43,2	7,2	7,2	1.040,0	1.047,2
Justiça Eleitoral	179.537,6	74.213,0	473,8	462,6	29.869,0	30.331,6	277.400,0	131.369,8	11.581,9	11.430,8	46.115,9	57.546,6
Justiça do Trabalho	212.429,0	20.719,5	2.103,6	2.072,3	58.943,6	61.015,9	168.033,1	11.356,2	452,6	447,8	60.913,9	61.361,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	45.918,0	1.492,0	230,3	230,3	6.601,6	6.831,9	32.596,9	8.121,5	1.277,8	1.234,2	31.484,1	32.718,3
Presidência da República ⁴	181.410,3	3.361,6	1.068,6	1.058,4	30.666,7	31.725,1	1.359.774,6	23.976,6	18,8	18,1	66.162,8	66.180,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	55.066,5	565,1	29,0	29,0	119.403,5	119.432,5	52.391,4	379,2	-	-	6.913,9	6.913,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	537.121,0	3.227,9	1.790,7	1.212,9	66.794,0	68.006,9	761.480,4	1.023,2	0,9	0,9	62.372,5	62.373,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.039.366,8	194.296,1	37.705,1	18.258,5	118.427,6	136.686,1	1.178.170,3	91.299,7	18.184,7	7.964,5	97.738,9	105.703,4
Ministério da Fazenda ⁵	81.548,3	6.524,4	2.581,5	2.390,7	112.973,3	115.363,9	489.769,1	8.526,5	366,3	366,3	44.241,1	44.607,5
Ministério da Educação	1.843.156,5	40.630,9	11.881,4	8.444,1	371.790,8	380.234,9	2.857.114,1	108.833,0	6.988,6	6.303,9	667.124,8	673.428,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	106.059,1	258,0	34,1	34,0	33.507,9	33.541,9	196.374,7	27,5	1,6	0,8	19.809,5	19.810,3
Ministério da Justiça	1.009.617,9	136.341,1	64.629,9	62.546,9	131.448,0	193.994,9	1.328.650,0	1.228,9	44,1	44,1	105.372,0	105.416,1
Ministério de Minas e Energia	47.964,3	2.162,6	295,7	295,1	15.292,2	15.587,3	64.891,2	6.615,5	17,8	9,4	7.796,4	7.805,8
Ministério da Previdência Social	46.040,5	7.188,4	343,9	142,3	38.092,4	38.234,7	139.623,2	9.949,3	171,0	171,0	20.575,7	20.746,7
Ministério Público da União	295.077,9	15.591,8	470,8	470,4	51.163,8	51.634,2	172.634,8	4.337,5	6,1	5,4	58.060,2	58.065,6
Ministério das Relações Exteriores	42.159,2	1.507,7	1.280,5	1.280,5	1.744,2	3.024,7	38.569,2	714,7	688,5	688,5	749,1	1.437,6
Ministério da Saúde	3.797.524,9	118.556,0	18.251,0	18.186,1	503.554,3	521.740,5	3.365.689,1	72.379,3	2.330,1	2.307,1	369.007,0	371.314,1
Ministério do Trabalho e Emprego	66.485,9	16.317,3	321,8	306,8	31.121,7	31.428,5	121.015,0	69,1	19,4	18,7	2.117,8	2.136,6
Ministério dos Transportes	8.125.361,0	2.095.913,1	76.496,5	29.311,4	1.028.650,5	1.057.961,9	9.574.556,8	2.030.783,8	83.901,4	76.627,0	1.219.950,2	1.296.577,2
Ministério das Comunicações	174.365,3	2.927,7	405,5	405,5	86.255,4	86.660,9	50.715,5	-	-	-	8.170,6	8.170,6
Ministério da Cultura	242.825,2	5.749,3	13,0	11,7	17.762,8	17.774,5	247.756,1	336,3	10,5	10,5	37.654,8	37.665,3
Ministério do Meio Ambiente	95.250,2	660,6	111,6	111,6	12.471,4	12.583,0	168.658,7	1.355,1	-	-	14.358,3	14.358,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.827.277,9	476.778,2	343.840,4	343.834,3	110.643,7	454.478,0	1.882.839,7	109.726,0	1.373,9	1.373,9	218.394,6	219.768,5
Ministério do Esporte	601.768,5	128.721,1	49.068,2	49.068,2	67.941,8	117.010,1	898.338,3	19,6	1,9	1,9	33.068,2	33.070,1
Ministério da Defesa	2.833.189,6	247.795,0	16.731,5	14.226,5	335.446,8	349.673,3	4.465.422,3	276.871,3	26.768,3	23.331,2	477.698,4	501.029,6
Ministério da Integração Nacional	2.221.761,8	167.016,4	44.645,4	44.576,0	184.742,9	229.318,9	4.894.985,1	402.745,9	3.577,0	3.567,4	455.712,6	459.280,1
Ministério do Turismo	1.366.760,5	78.429,1	1,7	1,7	66.807,0	66.807,0	2.024.258,3	10.795,8	4,5	4,5	4.214,7	4.219,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	241.899,0	545,0	8,3	8,3	31.890,2	31.898,5	177.913,7	987,8	1,2	1,2	18.786,8	18.788,0
Ministério das Cidades	3.330.568,0	116.348,1	6,5	0,5	210.854,2	210.854,7	5.535.032,4	429.996,0	12,2	12,1	791.012,8	791.024,9
TOTAL	31.287.925,5	4.215.711,6	796.269,9	720.034,4	3.973.405,9	4.693.440,3	43.378.171,8	3.959.559,4	333.398,6	311.414,1	5.062.710,2	5.374.124,4

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 125,7 milhões e R\$ 195,9 milhões, respectivamente, em 2007 e 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁵ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIII - nº 3 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

ABRIL / 2008

Comentários

Em Abril de 2008, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 16%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 6.735.318 (mil), ante R\$ 5.810.670 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 18,33%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2007			2008			Variação Nominal		
	Março	Abril	Janeiro a Abril	Março	Abril	Janeiro a Abril	Abr / 2008	Abr / 2008	Jan a Abr/ 2008
							Mar / 2008	Abr / 2007	Jan a Abr/ 2007
FPM	2.343.044,6	2.799.313,8	10.705.808,2	2.971.365,2	3.444.196,9	13.620.346,0	15,9%	23,0%	27,2%
FPE	2.238.909,0	2.676.887,6	10.229.993,7	2.839.304,4	3.291.121,3	13.014.996,6	15,9%	22,9%	27,2%
IPI-Exp	174.967,4	199.272,8	763.534,9	231.571,2	255.019,8	934.407,5	10,1%	28,0%	22,4%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 18,33%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
ABRIL	+ 8,08	+ 15,9 %	+ 8,0 %	+ 15,9 %	+ 2,0 %	+10,1 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	MAI/ABR	JUN/MAI	JUL/JUN
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 2,0 %	- 4,0 %	- 16,0 %
IPI - EXP	- 12,0 %	+ 5,0 %	+ 7,0 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/02/2008 a 20/03/2008, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAR/3º DEC	711.829	9.332.864	10.044.693	ABR/1º DEC	1.763.753	1.845.788	58.135	3.667.675
ABR/1º DEC	676.713	4.491.335	5.168.048	ABR/2º DEC	907.460	949.668	55.267	1.912.395
ABR/2º DEC	1.729.755	1.792.883	3.522.638	ABR/3º DEC	618.542	647.311	141.269	1.407.122
PAEX2 ago/06 mar/08	3.517	7.784	11.301	PAEX2 ABR/2º DEC	1.367	1.430	348	3.146
TOTAL	3.121.814	15.624.866	18.746.680	TOTAL	3.291.121	3.444.197	255.020	6.990.338

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 18,33% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	18.116,0	112.589,3	31,7
ALAGOAS	AL	81.946,9	136.913,9	897,5
AMAZONAS	AM	50.774,1	91.835,4	3.557,7
AMAPÁ	AP	13.288,7	112.293,1	169,4
BAHIA	BA	312.736,2	309.240,3	17.769,5
CEARÁ	CE	179.967,6	241.466,3	2.227,1
DISTRITOFEDERAL	DF	5.716,5	22.715,3	200,4
ESPÍRITOSANTO	ES	59.414,7	49.366,8	11.387,7
GOIÁS	GO	125.063,9	93.569,9	3.367,9
MARANHÃO	MA	143.805,4	237.559,7	2.998,2
MINASGERAIS	MG	452.286,2	146.603,0	30.443,0
MATOGROSSODOSUL	MS	52.439,5	43.837,7	1.523,2
MATOGROSSO	MT	62.929,5	75.955,8	3.146,3
PARÁ	PA	124.260,3	201.153,3	12.868,3
PARAÍBA	PB	111.283,3	157.608,5	600,1
PERNAMBUCO	PE	173.563,8	227.094,0	1.689,2
PIAUI	PI	85.754,8	142.222,5	71,1
PARANÁ	PR	233.968,5	94.889,6	24.875,2
RIODEJANEIRO	RJ	101.931,7	50.278,5	36.626,9
RIOGRANDEDONORTE	RN	86.919,2	137.499,8	530,5
RONDÔNIA	RO	30.214,4	92.664,8	549,6
RORAIMA	RR	10.535,5	81.642,8	12,2
RIOGRANDEDOSUL	RS	233.949,0	77.499,3	30.662,3
SANTACATARINA	SC	133.891,7	42.119,8	17.453,6
SERGIPE	SE	51.389,1	136.756,0	250,2
SÃO PAULO	SP	455.207,8	32.911,2	51.004,0
TOCANTINS	TO	52.842,6	142.834,7	107,0
TOTAL		3.444.196,9	3.291.121,3	255.019,8

Obs.:Deduzidos 18,33 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2007, foi publicada a Portaria STN nº 722, de 13 de novembro de 2007, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2008, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone:(61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
Email:transferencias.stn@fazenda.gov.br

Boletim FUNDEB

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização do Magistério

Boletim - Ano II - nº 4 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

ABRIL / 2008

Em abril de 2008, as transferências para o FUNDEB alcançaram o montante de R\$ 5.376.381 (mil), ante R\$ 4.622.996 (mil) do mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 16% em valores nominais. Contribuíram mais significativamente para esse comportamento o acréscimo da ordem de 20% do IPVA e do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEB estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEB com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF- Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Origem	R\$ Mil					
	Abril	Participação	Março	Participação	Variação	
FPM	773.015	14,4%	666.892	14,4%	16%	
FPE	738.659	13,7%	637.253	13,8%	16%	
IPI-EXP	57.237	1,1%	51.974	1,1%	10%	
LC 87/96	29.786	0,6%	89.359	1,9%	-67%	
ITR	305	0,0%	341	0,0%	-10%	
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIAO	159.854	3,0%	157.546	3,4%	1%	
IPVA	1.802.789	33,5%	1.503.741	32,5%	20%	
ITCMD	17.250	0,3%	12.180	0,3%	42%	
ICMS	1.797.486	33,4%	1.503.710	32,5%	20%	
TOTAL	5.376.381	100,0%	4.622.996	100,0%	16%	

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEB

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEB e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEB podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundeb@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica
DEFINEB/SEB/MEC - Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília – DF

Distribuição do FUNDEB por Estado

FUNDEB UNIÃO				FUNDEB ESTADO		
UF	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
AC	18.876.097	10.496.088	29.372.185	4.960.288	2.758.177	7.718.465
AL	16.160.929	39.198.104	55.359.033	7.212.499	17.493.815	24.706.314
AM	16.017.648	19.399.932	35.417.580	36.485.961	44.190.328	80.676.289
AP	21.092.856	7.251.983	28.344.840	3.949.168	1.357.772	5.306.940
BA	56.632.631	124.628.314	181.260.945	49.371.611	108.649.385	158.020.996
CE	28.468.612	88.026.140	116.494.752	22.152.631	68.496.865	90.649.496
DF	6.668.263	-	6.668.263	-	-	-
ES	10.213.263	18.032.603	28.245.866	38.640.490	68.223.895	106.864.384
GO	26.050.766	24.188.925	50.239.691	46.537.836	43.211.789	89.749.625
MA	32.108.145	93.937.389	126.045.534	6.922.025	20.251.465	27.173.491
MG	82.068.165	63.061.959	145.130.124	264.322.465	203.107.891	467.430.356
MS	10.613.605	11.724.261	22.337.866	25.029.249	27.648.420	52.677.669
MT	17.539.780	14.950.611	32.490.391	30.842.601	26.289.709	57.132.311
PA	37.524.587	77.567.169	115.091.755	26.127.268	54.007.743	80.135.012
PB	26.112.530	36.717.088	62.829.617	12.739.178	17.912.684	30.651.862
PE	41.013.265	58.299.784	99.313.049	43.965.784	62.496.750	106.462.534
PI	18.813.040	38.804.851	57.617.891	6.315.199	13.026.090	19.341.290
PR	45.498.403	36.919.792	82.418.195	109.015.639	88.461.011	197.476.650
RJ	16.617.278	27.518.967	44.136.246	104.332.068	172.778.642	277.110.711
RN	21.683.433	28.914.612	50.598.045	14.853.983	19.807.618	34.661.601
RO	15.515.979	12.263.455	27.779.434	9.328.603	7.373.103	16.701.706
RR	15.602.486	5.100.653	20.703.140	3.431.247	1.121.719	4.552.966
RS	44.400.402	35.404.215	79.804.618	133.450.194	106.411.187	239.861.381
SC	23.130.772	21.366.552	44.497.324	68.626.688	63.392.422	132.019.110
SE	17.840.712	24.518.901	42.359.613	9.407.940	12.929.549	22.337.489
SP	74.503.094	55.825.598	130.328.692	729.188.746	546.385.336	1.275.574.082
TO	25.810.666	18.160.442	43.971.108	7.356.216	5.175.850	12.532.065
TOTAL	766.577.409	992.278.387	1.758.855.796	1.814.565.580	1.802.959.215	3.617.524.795

Coordenação-Geral de Normas e Avaliação da Execução da Despesa - CONED

Fone: (61)3412-3116

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br